

Notas sobre

ESTRATÉGIA DE DEFESA e
ESTRATÉGIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO

RONALDO CARMONA

Pesquisador do Departamento de Geografia

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Seminário
“Os Projetos Estratégicos das Forças Armadas:
contribuição ao desenvolvimento nacional”

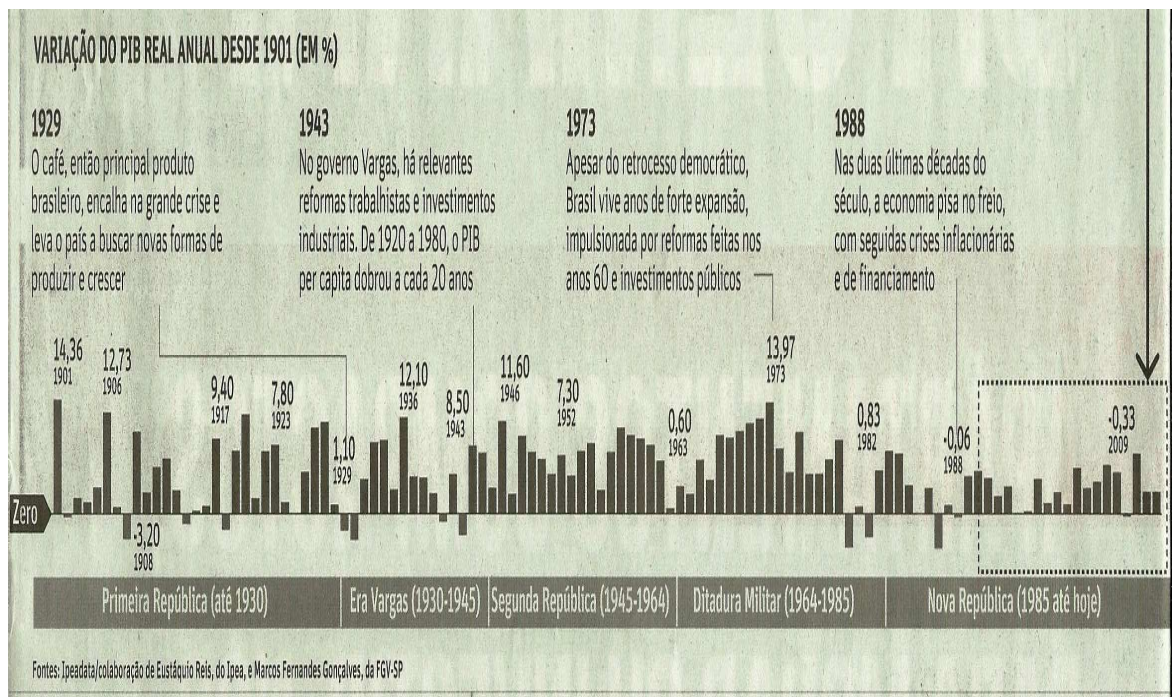
BRASÍLIA, 06 DE MAIO DE 2014

1. Agradeço o honroso convite e cumprimento os parlamentares a frente desta iniciativa. Cumprimento também todos os oficiais das Forças Armadas, os empresários e os participantes em geral.
2. A premissa que pode orientar esta mesa é a premissa que orienta a Estratégia Nacional de Defesa: a de que esta é inseparável da estratégia de desenvolvimento, numa relação onde a estratégia de Defesa ocorre em função da estratégia de desenvolvimento, isto, do projeto nacional brasileiro. A estratégia de Defesa dá suporte à estratégia de desenvolvimento, e esta, dadas características singulares, que aqui veremos, relacionadas ao fornecimento de materiais e sistemas pela base industrial e tecnológica às Forças Armadas, neste processo se potencializa.
3. Apresento a seguir três idéias-força que me parecem essenciais.

Tese 1

O Brasil deverá buscar um novo ciclo de industrialização – ou de reindustrialização – ancorado em setores intensivos em tecnologia, conhecimento e inovação.

4. A primeira ideia é argumentar que o Brasil precisa apostar no próximo período num novo ciclo de industrialização da economia nacional. Na verdade, um período de reindustrialização *de novo tipo*, qualitativamente superior ao processo empreendido pelos brasileiros no século XX, tendo em vista, por um lado, a base produtiva relativamente complexa que já acumulamos, e por outro lado, pela contínua revolução industrial e correspondente progresso tecno-científico que novas facetas apresenta neste início de século XXI.
5. Devemos buscar um novo ciclo de industrialização baseado em setores intensivos em conhecimento e inovação; mesmo apostar em áreas de fronteira de “ruptura tecnológica”. No geral, buscar segmentos de alta complexidade tecnológica.
6. A razão básica para essa busca pela reindustrialização deriva do fato de que há uma correlação empírica entre prosperidade nacional de uma nação e participação da Indústria no Produto Interno Bruto. Essa correlação se elevará na medida em que esta Indústria for de alta intensidade tecnológica.
7. A industrialização como mola do progresso econômico e social é fato histórico e contemporâneo. Historicamente, como não lembrar do papel da Indústria na emancipação nacional da Alemanha de Bismarck, dos Estados Unidos de Alexander Hamilton, do Japão da Revolução Meiji ou, mais recentemente, da China de Deng Xiaoping, esta às vésperas de alcançar o posto de primeira economia mundial (como se anunciou esta semana) apoiando-se na indústria?
8. No nosso caso, como não observar a transformação de um país agrário-exportador para uma das grandes economias industriais do mundo a partir dos “50 anos” de nacional-desenvolvimentismo deflagrados com a revolução de 30?



9. Contemporaneamente, como não ressaltar o papel da Indústria na promoção de revolucionárias rupturas tecnológicas, tais como na “inteligência artificial, da biotecnologia, das alterações nas estruturas atômica dos materiais, da impressão em 3D, das novas energias limpas”¹, dentre outras inovações que grande impacto terão na vida humana?
10. Recente estudo aponta que a reindustrialização decorrente de um crescimento contínuo na casa de 5,3% durante 15 anos, permitiria ao Brasil tornar-se um país desenvolvido, tomando por base a evolução de sua *renda per capita* até 2030². Trata-se de um nível de crescimento econômico absolutamente razoável tendo em vista o que foi a maior parte do século XX (ver quadro acima) e sobretudo tendo em vista as excepcionais potencialidades brasileiras todavia não decantadas.
11. O fato é que sem retomar patamares próximos ao anteriormente verificado de participação da Indústria em relação ao PIB – acima de 20% - estará mais distante a efetiva transformação do Brasil numa potência no cenário das nações.

¹ Belluzzo, L. G. “A importância da Indústria”. Valor, 11 de março de 2014.

² “Por que reindustrializar o Brasil?” (agosto de 2013).

12. Observem que mesmo nações já desenvolvidas buscam na retomada da Indústria – nesta *Indústria de novo tipo* – caminho para sustentar sua posição no cenário internacional. Refiro-me aos Estados Unidos e a União Europeia que através de ativas políticas voltadas a reindustrializar suas economias buscam *reverter a tendência* ao enfraquecimento de seu poder relativo no contexto das nações – dado geopolítico e geoeconômico mais importante do período recente.
13. Os Estados Unidos anunciaram, em fevereiro de 2013, um plano para a revitalização da manufatura, pilotado por um escritório de política industrial vinculado diretamente a Casa Branca, num esforço que inclui a busca por trazer de volta ao país empresas posicionadas no exterior, tendo como um dos atrativos o barateamento da energia derivado da exploração do xisto.
14. Já a UE anuncia uma política industrial com metas claras para 2020, almejando ter uma participação da indústria no PIB na casa dos 20% através do aumento da taxa de investimento para 23% (FBCF/PIB).
15. O Brasil, após a *saga industrialista* do século XX, entretanto, desde 1985 – quando a participação da Indústria no PIB atingiu cerca de 25% - verifica-se contínua queda da participação da Indústria na economia nacional, chegando, atualmente, a níveis semelhantes ao período anterior ao Plano de Metas de Juscelino Kubistchek, em 1955. Vejamos os dados do período mais recente.



16. Muitos definem o atual processo como de desindustrialização da economia nacional. O próprio governo, na pessoa do atual ministro do Desenvolvimento, Mauro Borges, fala em “esvaziamento das cadeias industriais”³. O economista Luiz Gonzaga Belluzzo fala em “desaparecimento de elos das cadeias produtivas na indústria de transformação”⁴
17. As causas são várias e não é de responsabilidade exclusiva do atual governo, que ao contrário, buscou enfrentá-la: nos últimos doze anos, o país vem buscando desenvolver políticas industriais ativas, por meio de três iniciativas subsequentes: a PITCE (*Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior*), de março de 2004; a PDP (*Política de Desenvolvimento Produtivo*), de maio de 2008, e neste governo, o *Plano Brasil Maior*, de abril de 2012.
18. O fato é que a regressão industrial nos últimos 20 anos está diretamente ligada ao pacto nacional vigente desde 1994: a partir do Plano Real – vai-se duas décadas –, define-se que o *centro da política econômica* é a manutenção da estabilidade de preços, mesmo que a custa do crescimento e da Indústria. A combinação de câmbio sobrevalorizado e as taxas de juros “mais altas do mundo” conferiram nas últimas duas décadas, uma política econômica *anti-Indústria*, neutralizando – essencialmente –, as positivas iniciativas de política industrial. Incrivelmente, somos um país que tem meta de inflação e meta de superávit, mas não meta de crescimento.
19. Cabe reconhecer que a presidente Dilma buscou em seu mandato enfrentar estas questões: o câmbio começa a voltar a um patamar mais adequado para um país que se propõe a manter atividade industrial e a buscou-se derrubar as taxas de juros a patamares civilizados (atingindo 7,25% a.a., com juros reais de cerca de 2% em outubro de 2012). Nesse caso, entretanto, a reação de setores vinculados ao *rentismo* e ao *capital financeiro internacional* foi tão forte que forçou sua reversão parcial.

³ “...não tenho nenhuma divergência quanto ao esvaziamento das cadeias industriais, que aconteceu de uma forma mais forte a partir de 2006 com o processo de apreciação do real. Tivemos uma quase doença holandesa, com forte superávit comercial e em conta corrente, decorrentes de uma mudança muito forte nos termos de troca, favorável à pauta exportadora brasileira, muito baseada em commodities. Isso deu uma forte apreciação cambial. Mas câmbio é o elemento crítico que pôs a nu, quando a maré baixou, os fatores estruturais de competitividade da indústria. Minha impressão é que temos um problema de esvaziamento de cadeias importantes no Brasil. A política industrial desde 2011 procurava endereçar isso com as dificuldades que é reconstruir uma política industrial. Esse não é um processo de curto prazo”. Mauro Borges, Valor, 22/04/2014

⁴ “As novas condições do desenvolvimento”. Le Monde Diplomatique Brasil, março de 2014.

20. Exemplifica esse *mau humor* da oligarquia financeira internacional com o governo Dilma a ultraliberal revista britânica *The Economist*, que num lapso de 4 anos, muda diametralmente sua visão a respeito das perspectivas brasileiras:

Em 2009...



Já em 2013...



Tese 2

A Indústria de Defesa – e mais amplamente, o *complexo industrial e tecnológico* que a suporta –, poderá ser um dos pilares centrais de um ciclo de reindustrialização baseado em conhecimento e inovação, dada as características singulares deste setor estratégico.

21. Em primeiro lugar cabe ressaltar que a Indústria de Defesa é um setor de atividade econômica que, no geral, situa-se no “estado da arte” ou fronteira do conhecimento científico e tecnológico; segmentos como os relacionados ao programa nuclear e ao programa espacial, aqueles ligados a eletrônica de Defesa – inclusive integração de sistemas, sensores, optônicos, sistemas de navegação, de comando e controle, dentre outros –, processos relacionados a biotecnologia e química avançada, áreas de novos materiais e materiais especiais, de inteligência artificial, nanotecnologia, robótica e a área cibernética no geral existem para fins militares, no limiar do conhecimento.
22. Outra característica marcante é a aplicação dual de inovações surgidas a partir de P&D militar. Exemplos mais conhecidos são a internet ou o GPS, surgidos de sistemas de comunicação militar. No caso brasileiro, o exemplo mais marcante de transbordamento (*spillover*) tecnológico militar – civil é o caso da Embraer, encubada no DCTA e no ITA, nos projetos Ipanema e Xavante, e hoje a terceira fabricante de aviões do mundo. No programa nuclear, podemos nos referir a saga da conquista tecnológica da obtenção de autonomia em enriquecimento de urânio por ultracentrifugação, tendo esta derivado igualmente para uso civil. Podemos falar ainda, no caso brasileiro, de tecnologia de fibras de carbono e de materiais especiais diversos; de instalações de biossegurança ou de sistemas de criptografia, dentre muitos outros exemplos. Aliás, é essa dualidade que, em parte, confere viabilidade econômica a P&D militar.
23. Característica chave da Indústria de Defesa e da P&D militar é sua singularidade macro e micro econômica. Trata-se de um setor *monopsônico*, que tem no Estado seu único “cliente”; assim, *a demanda define a oferta*.
24. Até por isso, visando matizar essa dependência, a Indústria de Defesa, em geral, busca apoiar-se em sua característica dual buscando prover parte representativa de sua

receita no mercado civil. Por exemplo, segundo o SIPRI (2012) das dez maiores empresas de armamento do mundo, nenhuma delas depende em 100% das vendas militares; inclusive três das dez maiores, tem menos que 35% de suas vendas concentradas no setor de Defesa. É também o caso brasileiro, onde a única empresa que temos no ranking das 100 maiores do mundo possui menos que 20% de venda de produtos na área de Defesa.

The 10 largest arms-producing and military services companies in the world excluding China, 2012

Rank	Company	Ams sales, 2012 (\$m.)	% of total sales
1	Lockheed Martin (USA)	36 000	76
2	Boeing (USA)	27 610	34
3	BAE Systems (UK)	26 850	95
4	Raytheon (USA)	22 500	92
5	General Dynamics (USA)	20 940	66
6	Northrop Grumman (USA)	19 400	77
7	EADS (trans-European)*	15 400	21
8	United Technologies (USA)	13 460	22
9	Finmeccanica (Italy)	12 530	57
10	L-3 Communications (USA)	10 840	82

* EADS was renamed Airbus Group in Jan. 2014.



www.sipri.org

25. Além da Indústria propriamente de Defesa, a base industrial de um país em geral possui variadas plantas produtivas com *capacidade de conversão* para produção de interesse militar. Um importante conceito de “economia de Defesa” é o da *localização de potencialidade militar em capacidade industrial civil*, ou seja, de plantas industriais que podem ser utilizadas eventualmente para desenvolver e produzir produtos de Defesa.
26. Os investimentos em P&D militar são caracterizados em geral por alto custo e longo tempo de maturação; representam em geral *esforços mobilizadores* de grande porte em termos de capacidade econômica, produtiva, científica e tecnológica; exitosos, resultam na superação de gargalos e vulnerabilidades em torno de tecnologias críticas ou sensíveis representando assim, a cada conquista, salto de qualidade expressivos para um país.

27. Não por acaso, como observou estudo recente, “os chineses estão deixando para trás a ‘cópia tecnológica’ e estão se aproximando rapidamente do modelo americano onde o ‘sistema de Defesa’ do país ocupa um lugar central no seu ‘sistema de inovação’”⁵
28. Favorece a ideia de buscar um novo ciclo de industrialização a partir do complexo produtivo e tecnológico de Defesa, o fato de termos constituído um estado de excelência extraordinário em torno de ICT’s militares e ICT’s civis com capacidade de contribuição a P&D militar.
29. Falamos do *Instituto Militar de Engenharia* - herdeiro da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, de 1792, a primeira escola de Engenharia das Américas e a terceira do mundo; do ITA (*Instituto Tecnológico da Aeronáutica*), como dissemos, encubador da Embraer; e da *Escola Politécnica da USP*, que há mais de 50 anos apoia a Marinha do Brasil no *programa mobilizador* pela conquista da autonomia nuclear brasileira. Falamos ainda, do corretamente ousado projeto do *Polo de Ciência e Tecnologia* do Exército brasileiro em Guaratiba, base da *concepção de transformação* da Força Terrestre.

⁵ Fiori, J.L. “Sobre o desenvolvimentismo chinês – IV”. Valor, 29 e 30 de maio de 2013, p. A15.

Tese 3

Para que o “complexo tecnológico e produtivo de Defesa” seja um dos pilares de novo ciclo de reindustrialização, será preciso preparar uma 2ª geração de medidas ainda mais ousadas que as recentes

30. Um primeira questão aqui é observar que alcançar competências globais que abarque o conjunto das necessidades de Defesa, obtendo completa (ou quase completa) autonomia nacional em produção de material militar no “estado da arte” da tecnologia **não é trivial**.
31. Atualmente, apenas os Estados Unidos, a Rússia, a França e (em vias de alcançá-la) a China estão nessa lista.
32. No caso brasileiro, em que não estamos nem queremos estar em guerra – mas tampouco somos isentos de cobiça e ameaças muito reais de constrangimentos por potências militarmente superiores, segundo consta de documentos públicos, como a *Estratégia Nacional de Defesa* e a *Política Nacional de Defesa* –, que capacidades industriais e tecnológicas nacionais devemos almejar?⁶.
33. O fato é que todos os países que almejaram tornar-se *potência* no concerto das nações buscaram obter um grau o maior possível de *autonomia tecnológica e produtiva na produção de armamento e sistemas de Defesa mais sofisticados*. O Brasil, se tem essa ambição, tampouco deve deixar de perseguir esta autonomia.
34. O período recente – especialmente os últimos três anos – foram marcados por *um primeiro ciclo de medidas* visando o soerguimento da BID brasileira. Elas conformaram um arcabouço institucional e normativo que deu base para avanços importantes.
35. Promulgou-se a lei 12.598, que é inovadora quanto a proteção da empresa brasileira de capital nacional, criando a figura das EED's – Empresas Estratégicas de Defesa. A mesma lei estabeleceu o Retid, que estabelece benefícios fiscais a BID.

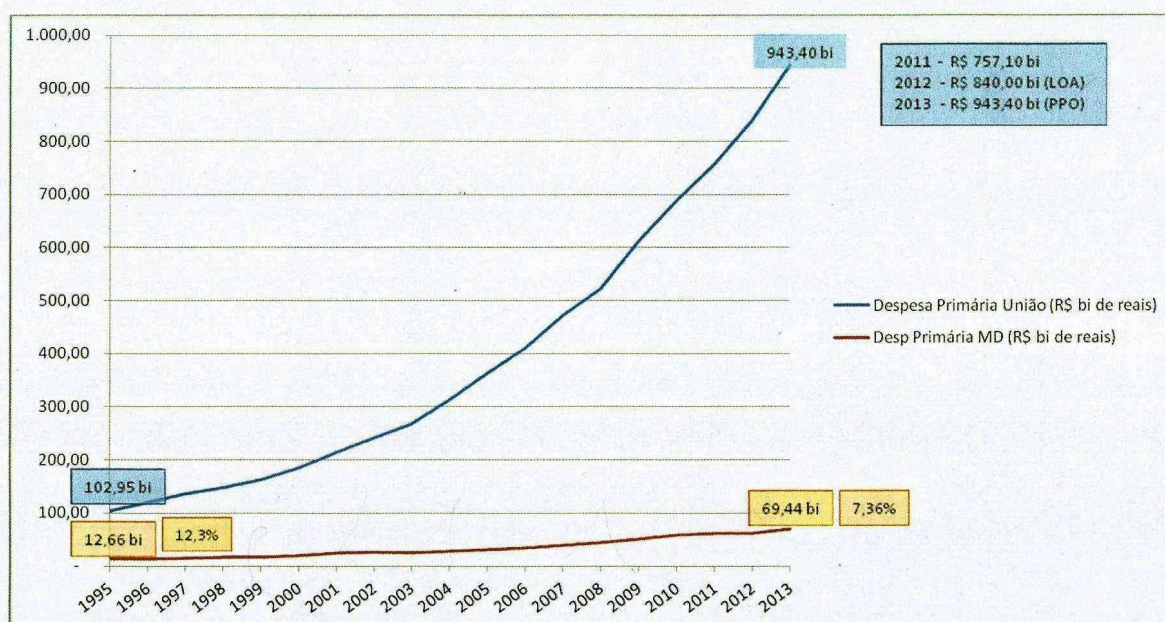
⁶ Ver, por exemplo, no caso francês, a “estratégia dos três círculos”, no qual o primeiro o Estado busca obter o domínio custe o que custar e no último, se admite a compra de fornecedores estrangeiros, por serem de menor sensibilidade.

36. Em termos de política industrial, o *Plano Brasil Maior* dá um importante recorte às áreas de *Defesa, Aeronáutica e Espaço*.
37. Ainda nessa chave, grande importância tem os resultados até agora verificados no INOVAAERODEFESA. O edital, que oferecia R\$ 2,9 bilhões, teve solicitados R\$ 13 bilhões – dando conta do *represamento* de demanda neste setor de atividade econômica. Um total de R\$ 8,7 bilhões poderá ser empenhado, dos quais uma pequena parcela (R\$ 150 milhões) será em “subvenção econômica”, isto é, a fundo perdido.
38. Além disso, um total de sete projetos estratégicos das Forças Armadas são incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – ainda que estes, lamentavelmente (e ineditamente) tenham sido contingenciados recentemente.
39. Mas, apesar das dificuldades, vamos avançando – ainda que mais lentamente que muitos gostaríamos. Os recursos relativos a custeio⁷ e investimentos, saltaram 103% nos últimos 6 anos, - isto é, desde a promulgação da primeira versão da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008 –, indo, em valores absolutos, de R\$ 9,6 bilhões para R\$ 19,5 bilhões⁸.
40. Observando apenas a rubrica **investimentos** do Ministério da Defesa estes saltam de R\$ 1,559 bilhões em 2003 para R\$ 11,143 bilhões, previstos para serem executados em 2014. Aqui destacam-se importantes investimentos públicos realizados ou programados no Prosub, no KC-390 e no HX-BR.
41. É certo, no entanto, que o salto, poderia ter sido ainda superior, caso tivéssemos uma compreensão estratégica nacional mais elevada – e não nos referimos nisto apenas ao governo, mas ao conjunto da sociedade.
42. Podemos observar que em relação a Despesa Primária da União, houve uma redução nos recursos de Defesa – ainda que em termos absolutos, como acabamos de ver, tenha havido um crescimento exponencial.

⁷ Rubrica de grande importância no setor de Defesa, pois é o que garante a disponibilidade de material bélico.

⁸ Ver “Orçamento da Defesa é tema de audiência no Congresso Nacional”. Ministério da Defesa, 08/11/2014.

c. Comparação da evolução da Despesa Primária MD (DP MD) com a da DP UNIÃO em R\$ bilhões



Compõem a DP UNIÃO (LOA 2012 e PLOA 2013) elevados recursos para programas em Saúde, PAC, Educação e Brasil Sem Miséria, contribuindo para a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Bem Estar Social e para o crescimento econômico acelerado pelo PAC.

De 1995 a 2013 (PLOA), verifica-se que enquanto a DP MD subiu 4,48 vezes, a DP UNIÃO subiu 8,16 vezes.

43. Em síntese, podemos dizer que nos encontramos numa fase inicial de reconstituição da BID, no qual algumas opções foram feitas e decisões importantes todavia estão por serem tomadas. Há medidas todavia não implementadas ou em implementação e ações que poderíamos dizer, estão sendo testadas.
44. É preciso ter claro que o Estado organiza a base industrial de Defesa. Nessa área de domínio estratégico, não há, no geral, mas apenas marginalmente autoorganização do mercado. Mesmo países mais liberais – mas que tenham sentido de projeto nacional – agem assim. A própria OMC não regula o setor de Defesa: nas regras do GATT há as chamadas “exceções de segurança”, que admitem subsídios e tutela estatal sobre a BID.
45. O esforço de constituir um *complexo tecnológico e industrial de Defesa* exigirá, em primeiro lugar, um esforço de coordenação e mobilização bastante superior ao atual. Países que possuem a BID como um dos pilares de sua economia, possuem estruturas de governança e de coordenação *muito mais robustas* que a que temos atualmente.

46. Podemos nos referir, por exemplo, aos demais BRICS. A China, iniciou sua trajetória atual de transformar o setor de Defesa, como dissemos, no centro de seu sistema de inovação, com Deng Xiaoping retomando a tese das “quatro modernizações” de Zhou Enlai. Assim, desde meados dos anos 80 estruturou a importante “Comissão de C&T e Indústria para a Defesa nacional”.
47. A Índia mantém importante estrutura que coordena mais de 50 laboratórios voltados para P&D militar, o DRDO. Tem dados saltos tecnológicos importantes, como na construção de submarinos nucleares ou na capacidade de projetar vetores balísticos intercontinentais.
48. A França e a Rússia mantém fortes estruturas de coordenação da base industrial que funcionam quase que em paralelo ao Ministério da Defesa, de natureza operacional. Na França, o General De Gaulle organizou a DGA – Direção Geral do Armamento, um paradigma de ação do Estado visando organizar a base industrial e tecnológica de Defesa como um dos vetores da economia nacional.
49. Na Rússia, vinculada diretamente ao gabinete do primeiro ministro está o Serviço Federal de Cooperação Técnico-Militar, responsável pela coordenação de toda a base industrial e tecnológica de Defesa. Cabe ressaltar que este país logrou manter certa excelência conquistada em tecnologia militar nos tempos da União Soviética.
50. Os Estados Unidos mantém, por um lado, a *Defense Acquisition Workforce*, mega estrutura de aquisições de Defesa, e na área de P&D militar avançado, desde o desafio de alcançar os soviéticos na corrida espacial nos anos 50 e 60, mantém a DARPA (*Defense Advanced Research Projects Agency* ou Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa), agência que investe mais de US\$ 3 bilhões ao ano a fundo perdido em pesquisas de fronteira que tenham ou possam ter aplicação em Defesa. No Brasil, recursos voltados para P&D que envolva “alto risco tecnológico” a fundo perdido envolveu, no Edital INOVAERODEFESA valores modestos, na casa de R\$ 150 milhões (valor relativo a “subvenção econômica”).
51. Assim, uma definição *todavía pendiente* – a despeito da estruturação da SEPROD (Secretaria de Produtos de Defesa) mas tendo em vista o *grau de ambição* aqui proposto – é o de qual será nosso instrumento de coordenação da política industrial de Defesa?

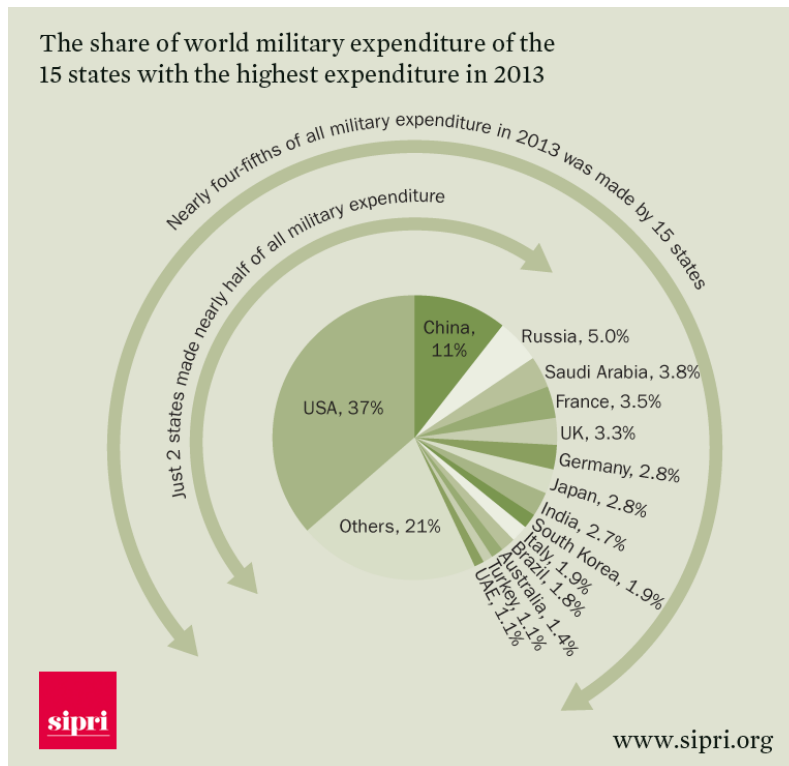
52. Uma das mais importantes diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa (2008 e 2012) é a decisão relativa estabelecer interoperabilidade, inclusive em termos de material e sistemas de armas entre as três Forças singulares. No entanto, esta tem sido uma decisão de lenta implementação, no geral, mais afeita às operações conjuntas. Consta que temos avançados em algumas dezenas de “requisitos operacionais conjuntos”, notadamente relativos a DQBRN (Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear), mas áreas de grande importância, como na área de VANTs (para citar um exemplo), permanecem iniciativas isoladas de cada Força.
53. Na lógica da interoperabilidade, é essencial buscar maior racionalização, sinergia e centralização de competências no que diz respeito ao *esforço mobilizador* em torno da constituição de complexo tecnológico e produtivo de Defesa. Hoje, cada Força singular decide, com alto grau de autonomia, sua política de P&D e de aquisição, resultando mesmo em competências similares em unidades duplicadas, dispersando esforços, recursos e inteligência.
54. O PAED, que em tese poderia ser este instrumento de racionalização, promoção de sinergias e coordenação de esforços, todavia encontra-se pendente de decisão política e do correspondente meio de financiá-lo.
55. A CMID – Comissão Mista da Indústria de Defesa –, estrutura operacional criada na regulamentação da Lei 12.598, vem sendo testada como estrutura de governança da BID, mas neste sentido já revela suas insuficiências como mecanismo de coordenação de governo na tomada de decisões relativas ao *planejamento estratégico de longo prazo* para a obtenção de tecnologias críticas e sensíveis e na estruturação do complexo tecnológico e industrial de Defesa. Alguns chegam a sugerir a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CREDEN, vinculada a Presidência da República – e sob coordenação do MD –, como um possível meio para adquirir esta autoridade de gestão da BID. Outras possibilidades devem ser analisadas.
56. Afinal, se nossa decisão em torno deste “complexo” tiver a ambição de fazer dele um dos pilares de nossa reindustrialização, há que termos um instrumento de coordenação e mobilização de esforços nacionais muito superior ao atual. Hoje, atividade relativas a constituição do “complexo” estão distribuídas por diferentes ministérios e órgãos, a

começar obviamente do MD e das Forças mas também no MCTI, no MDIC e mesmo no MRE, dentre outras estruturas e agências.

57. No esforço de estruturação do “complexo”, outra decisão estratégica essencial todavia ser tomada relaciona-se a *organização da BID*. Devemos concentrar as atividades num *único grande grupo empresarial* – como fizeram países como Reino Unido e Itália – ou devemos apostar em *empresas-âncoras por domínio de atividade, segmentos e nichos tecnológicos*?
58. Como ainda fomentar “clusters tecnológicos e industriais” que permitam grande rede de fornecedores micro, pequenos e médios, de alta intensidade tecnológica?
59. Se em política industrial com um todo, vai se formando um consenso em torno da *ação sistêmica* – criando condições de competitividade para empresas vencedoras se afirmem – no caso da Defesa, pelas singularidades aqui ressaltadas, ainda será necessário escolher “campeões nacionais”, que devem inclusive contar com participação do Estado no seu capital acionário e conselho de administração – estratégia já definida pela legislação, mas todavia pendente de implementação.
60. Da mesma forma, como definiu a Lei 12.598, é preciso ser bastante criterioso em relação a participação estrangeira nas EEDs. Parcerias tecnológicas que aportem a saltos de qualidade serão bem vindo; domínio estrangeiro *indireto* de EED’s, deixando-as sujeitas a decisões de natureza estratégicas vindas de fora em áreas tecnológicas sensíveis não é absolutamente desejável e deve ser impedido – como é feito, aliás, pelas potências estabelecidas.
61. Outro problema central refere-se a *nacionalização de equipamentos e conteúdo nacional* dos grandes projetos estratégicos em curso. É preciso esforço maior no sentido de limitar apenas ao realmente impossível de ser substituindo equipamentos de procedência estrangeira. Por outro lado, é preciso maior *capacidade de coordenação e mobilização industrial* – inclusive da *indústria civil* – visando este objetivo.
62. Outra questão estratégica chave é o problema da retenção de pessoal nas Forças Armadas – falamos aqui de pessoal de elevada qualificação técnica e científica, como os formados nos ICT’s militares, altamente cobiçados pelo setor privados que lhes oferecem salários varias vezes superiores aos recebidos do Estado. A Marinha do Brasil,

por exemplo, visando reter pessoal altamente especializado do Programa Nuclear, criou a AMAZUL – Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. Porque não estender este exemplo para a FAB e o Exército?

63. Enfim, é preciso equacionar o problema do financiamento deste salto industrial e tecnológico. Os níveis de investimentos atuais (na casa de 1,5% – segundo o MD - a 1,8% - segundo o SIPRI – do PIB), ainda que estejam num crescente, como observamos, são todavia insuficientes dado o porte de nossa economia – entre a 6ª e a 8ª do mundo – e tendo em vista a necessidade de salvaguardar a independência e soberania nacional num mundo cada vez mais turbulento. Abaixo, os dados do SIPRI relativos ao ano de 2013.



64. Recentemente tivemos exemplos de decisões política-estratégica, como a de apostar fortemente na educação, com os recursos do pré-sal; a outra é a de que áreas como Saúde, Educação, “Brasil sem miséria” e C&T tem passado ilesas dos últimos contingenciamentos.

65. Por que não estabelecermos um *plano plurianual* que garanta estabilidade nos fluxos para os grandes projetos estratégicos relacionados no PAED?
66. Num contexto de crise mundial – todavia vigente – os Estados nacionais tem se apoiado em políticas fiscais anticíclica, promovendo déficits fiscais como forma de sair da crise. O Brasil – a despeito das acusações de ganância que vemos diariamente nos cadernos de economia dos grandes jornais – ao contrário, pressionado pelo mercado financeiro, tem promovido um forte superávit primário. Por exemplo, numa lista das economias do G-20 e dos principais latino-americanos, temos o 3º maior superávit primário.

País	Superavit Primário				Inflação
	2010	2011 ¹	2012 ²	2013 ³	2013 ³
América Latina					
Argentina	1,6%	-0,5%	-0,9%	-1,3%	10,8%
Brasil	2,5%	3,2%	2,2%	1,9%	5,9%
Chile	-0,3%	1,5%	0,7%	-0,5%	2,6%
Colômbia	-1,6%	-0,1%	1,8%	0,7%	2,4%
México	--	--	--	--	3,3%
Peru	0,9%	3,0%	3,0%	1,1%	2,8%
Uruguai	1,6%	2,0%	-0,2%	0,6%	8,9%
G-20					
Africa do Sul	-2,7%	-1,5%	-2,1%	-2,1%	5,7%
Arábia Saudita	2,5%	12,1%	14,9%	9,3%	3,8%
Austrália	-4,8%	-3,9%	-3,0%	-2,4%	2,2%
Canada	-4,3%	-3,3%	-2,8%	-2,8%	1,5%
China	--	--	--	--	3,0%
Coréia do Sul	0,9%	1,0%	1,2%	0,5%	1,8%
EUA	-8,9%	-7,6%	-6,1%	-3,6%	1,2%
Índia	-4,2%	-4,2%	-3,6%	-3,8%	9,0%
Indonésia	--	--	--	--	9,5%
Japão	-8,6%	-9,1%	-9,3%	-8,8%	0,7%
Reino Unido	-7,4%	-5,0%	-5,6%	-4,7%	2,7%
Rússia	-3,1%	1,9%	0,8%	-0,2%	6,2%
Turquia	0,7%	2,0%	1,2%	0,7%	8,0%
Alemanha	-2,0%	1,1%	2,3%	1,7%	1,6%
França	-4,8%	-2,8%	-2,5%	-2,0%	1,0%
Itália	0,0%	1,0%	2,3%	2,0%	1,3%

Fonte: FMI

¹ Estimativa do FMI para Uruguai

² Estimativa do FMI para Uruguai, Japão e Índia

³ Estimativa do FMI para todos países

67. Disso deriva os frequentes contingenciamentos de recursos, inclusive para áreas estratégicas. Ao contrário disso, abrir maior folga fiscal para investir em setores industriais do futuro deve ser nosso caminho.
68. Enfim, estes são alguns desafios postos e decisões político-estratégico a serem tomadas no próximo período se quisermos fazer, a exemplo do que fizeram nações que se estabeleceram como potências: obter alto grau de autonomia produtiva e tecnológica e assim, autonomia de “pensar com a própria cabeça”.